

Maria Marta Lobo de Araújo  
Antonio de Ruggiero

(Orgs.)

Véra Lucia Maciel Barroso  
Biane Peverada Jaques

Movimentos migratórios  
e percursos de vida entre  
Portugal  
e Brasil

(Séculos XVII-XX)



O volume reúne dez capítulos de especialistas nas migrações internacionais – do lado de lá e do lado de cá do Atlântico – que, a partir de variados temas, períodos, fontes e metodologias, revisitam as análises sobre os movimentos migratórios entre Portugal e Brasil, abarcando o período plurissecular entre os anos seiscentos e novecentos (séculos XVII ao XX). Mais do que o longo período e a diversidade de temas, apostam numa das vertentes mais interessantes e desafiadoras, sobretudo para o estudo das migrações internacionais, que é a análise dos percursos de vida.



editora *fi*.org



**MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E PERCURSOS DE VIDA  
ENTRE PORTUGAL E BRASIL (SÉCULOS XVII-XX)**



# Historicus

## **Comitê Editorial**

### **CAROLINE TECCHIO**

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

### **DANIELE BROCARDO**

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

### **DOUGLAS SOUZA ANGELI**

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **EVERTON FERNANDO PIMENTA**

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **GUILHERME FRANCO DE ANDRADE**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI**

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

### **LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **LUIZ ALBERTO GRIJÓ**

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **RAFAEL GANSTER**

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **RAFAEL HANSEN QUINSANI**

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **RAFAEL SARAIVA LAPUENTE**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **TIAGO ARCANJO ORBEN**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

### **VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL**

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

# **MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E PERCURSOS DE VIDA ENTRE PORTUGAL E BRASIL (SÉCULOS XVII-XX)**

Organizadores

**Maria Marta Lobo de Araújo**

**Antonio de Ruggiero**

**Véra Lucia Maciel Barroso**

**Biane Peverada Jaques**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Margoni

**Imagem de Capa:** Emigrantes, óleo s/ tela, 1926 - Domingos Rebelo.



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

ARAÚJO, Maria Marta Lobo; RUGGIERO, Antonio de; BARROSO, Véra Lucia Maciel; JAQUES, Biane Peverada (Orgs.)

Movimentos migratórios e percursos de vida entre Portugal e Brasil (Séculos XVII-XX) [recurso eletrônico] / Maria Marta Lobo de Araújo; Antonio de Ruggiero; Véra Lucia Maciel Barroso; Biane Peverada Jaques (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

283 p.

ISBN: 978-65-5917-599-4

DOI: 10.22350/9786559175994

**Disponível em:** <http://www.editorafi.org>

1. Migratórios; 2. Séculos XVII-XX; 3. Estado; 4. Portugal; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

---

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>9</b>
<i>Ana Silvia Volpi Scott</i>	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>22</b>
<i>Maria Marta Lobo de Araújo</i> <i>Antonio de Ruggiero</i>	
<b>1</b>	<b>27</b>
<b>A NOBRE FAMÍLIA DOS MOREIRAS E A MIGRAÇÃO PARA O BRASIL NOS SÉCULOS XVII E XVIII</b>	
<i>Paula Sofia Costa Fernandes</i>	
<b>2</b>	<b>52</b>
<b>PERPETUAR A MEMÓRIA: OS LEGADOS DOS “BRASILEIROS” NO APOIO À ATIVIDADE DA MISERICÓRDIA DE BRAGA NOS SÉCULOS XVII E XVIII</b>	
<i>Manuela Machado</i>	
<b>3</b>	<b>76</b>
<b>ENTRE AS DELÍCIAS DO MUNDO E AS CULPAS PASSADAS: O CAPITÃO-MOR ALEXANDRE REBELO DE SEPÚLVEDA, NO MARANHÃO DO SÉCULO XVIII, NA HORA DA MORTE</b>	
<i>Maria Marta Lobo de Araújo</i>	
<b>4</b>	<b>112</b>
<b>A COMUNIDADE PORTUGUESA NO RECIFE DO SÉCULO XIX: O COMÉRCIO, A CAIXEIRAGEM E O ANTILUSITANISMO</b>	
<i>Bruno Augusto Dornelas Câmara</i>	
<b>5</b>	<b>134</b>
<b>A REPRESENTAÇÃO PORTUGUESA NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS-BRASIL (1827-1871)</b>	
<i>Diego de Leão Pufal</i> <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i>	

**6**

**159**

**PROCESSOS DE CONCEPÇÃO DO ESPAÇO HOSPITALAR DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE (SÉCULO XIX)**

*Éverton Reis Quevedo*

**7**

**179**

**DE REQUIÃO PARA O RIO DE JANEIRO: OS ALVES DA EMIGRAÇÃO OITOCENTISTA**

*Teresa Araújo*

**8**

**215**

**A EMIGRAÇÃO E O SANITARISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL, ENTRE MEADOS DO SÉCULO XIX E OS INÍCIOS DO SÉCULO XX**

*Alexandra Esteves*

**9**

**238**

**IMIGRAÇÃO PORTUGUESA, COTIDIANO, TRABALHO E EPIDEMIAS: SANTOS (1890-1910)**

*Maria Izilda Santos de Matos*

**10**

**263**

**DOS ARMAZÉNS PORTUGUESES AOS SUPERMERCADOS: TRAJETÓRIAS DE PORTUGUESES NA PRAÇA COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO**

*Lená Medeiros de Menezes*

# 3

## **ENTRE *AS DELÍCIAS DO MUNDO E AS CULPAS PASSADAS*: O CAPITÃO-MOR ALEXANDRE REBELO DE SEPÚLVEDA, NO MARANHÃO DO SÉCULO XVIII, NA HORA DA MORTE**

*Maria Marta Lobo de Araújo*<sup>1</sup>

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A emigração para a colónia sul-americana portuguesa da Idade Moderna tem vindo a ser resgatada por vários investigadores que nas últimas décadas deram visibilidade a percursos de vida marcados pelo sucesso. Menor interesse, provavelmente pela escassez de fontes, tem sido conferido aos que não conseguiram alcançar o objetivo maior de melhorar a sua vida e a dos seus familiares. Os que partiam nem sempre regressavam e desses foram muito poucos os que alcançaram notoriedade, todavia os que conseguiram acumular fortuna alteraram significativamente a sua vida e a dos seus parentes mais próximos. Uns foram para o outro lado do Atlântico, juntando-se aos que já lá estavam, outros nunca partiram, mas acabaram por beneficiar da distribuição da riqueza alcançada dos que do outro lado mourejavam em várias atividades e num imenso território.

Estes percursos de vida, estudados do lado de cá do Atlântico assemelham sobretudo na documentação produzida na hora da morte, dando-nos a conhecer retalhos de vidas de sucesso, que possibilitaram

---

<sup>1</sup> Doutora em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho e professora Associada com Agregação do Departamento de História da mesma universidade. Integra como investigadora o Lab2PT, e é membro correspondente da Academia Portuguesa de História. Braga/Portugal.

o exercício da caridade e a busca da salvação ou ainda em documentação existente em instituições a que estiveram associados, como Misericórdias, outras confrarias e Ordens Terceiras.

A procura de resgate da vida desses homens, levou-nos até ao capitão-mor Alexandre Rebelo de Sepúlveda. Integrou a vaga de emigrantes que partiu ao longo da Idade Moderna para a América portuguesa na esperança de uma alteração significativa das suas condições de vida. Natural do Baixo Minho, este homem deve ter partido na juventude, percorrendo o caminho feito por muitos outros conterrâneos que deixaram para trás a sua terra natal, e se dirigiram para a colónia brasileira, onde podiam ou não ter parentes que os acolhessem (ALVES, 1993). Sem conhecermos a data da sua viagem, pensamos que deve ter saído em meados da década de setenta de seiscentos, seguindo o que se verificava noutras famílias, que deixavam e incentivavam os seus rapazes a aventurar-se no Atlântico, partindo para o Brasil (ARAÚJO, 2020). O destino levou-o até ao estado do Maranhão, onde se dedicou à agricultura e à criação de gado, num período em que a exploração dos sertões alcançava grande dimensão.

Um conjunto de razões impulsionaram a saída, mas desde a crise da década de setenta e posteriormente a descoberta das primeiras jazidas de ouro em finais do século XVII que o movimento se intensificou, pese embora a dificuldade de apresentar números reais.

Esta emigração encontra-se fortemente associada a causas pias, a legados deixados para a alma dos protagonistas, e para o benefício dos seus familiares, dos amigos e dos pobres. Para além da alma, a construção de equipamentos foi igualmente levada ao cabo por alguns deles. Nestes vários investimentos, as Misericórdias foram apenas uma âncora recetora, outras instituições e pessoas receberam também o

encargo de administrar e de distribuir, muitas vezes com critérios apertados, outras mais livres, embora sempre com o compromisso de cumprir as últimas vontades.

### **DE SÃO TOMÉ DE PROZELO PARA O MARANHÃO E DO MARANHÃO PARA SÃO TOME DE PROZELO**

Natural da freguesia de São Tomé de Prozele, concelho de Entre Homem e Cávado, atual Município de Amares, Alexandre Rebelo de Sepúlveda era filho de António de Sepúlveda Rebelo e de Ana Garcia, já defuntos aquando da feitura do seu testamento. Nasceu a 21 de abril de 1671 (ADB, 1613-1679) e faleceu em data por nós desconhecida, embora o seu último testamento seja de 1725, quando se encontrava enfermo. Viveu na paróquia de Nossa Senhora da Vitória da vila da capitania de Piauí, estado do Maranhão, Brasil, mas devia movimentar-se pelas diferentes fazendas que possuía. Era capitão-mor, mas era também frequentemente denominado coronel. Com este testamento revogou todos os anteriormente feitos, bem como codicilos, fazendo prevalecer o documento como a sua última vontade. Este foi escrito na fazenda da Lagoa pelo padre Henrique de Almeida e assinado pelo próprio testador, na presença de várias testemunhas, algumas residentes na referida fazenda e outras na capitania.

Alexandra Rebelo Sepúlveda seguiu o prescrito no tocante ao bem morrer e aos ensinamentos dos homens da Igreja, fazendo o seu testamento, principal preocupação do testador. Prevendo que a morte se aproximava, tratou de formular as suas últimas vontades, exteriorizando o arrependimento pelas faltas cometidas e delineando linhas de atuação para o imediato, para os anos seguintes após o seu passamento e para todo o sempre.

Homem solteiro, velho, encontrava-se doente quando escreveu o seu testamento, mas a pé. Debilitado, assumia-se sem descendentes legítimos e com muitos pecados. Aludindo às delícias do mundo e às culpas passadas, o que lhe causava muita dor, por ter ofendido a Deus, procedia nessa hora à arrumação das coisas terrenas, numa verdadeira contrição, por ser um “miserável pecador”. Estava, no entanto, esperançado na sua salvação, pois contava com a misericórdia divina (ADB, p. 460). Mesmo assim, rogou à intercessão da Virgem Maria em seu favor contra as tentações do inimigo infernal, mas também ao Anjo da Guarda e ao santo do seu nome e a todos os santos da corte celestial para que o defendessem na hora da morte, quando acreditava que se realizava o primeiro julgamento (ADB, p. 460). Esta era a forma clássica de convocar a corte celestial e a Virgem Maria para alcançar proteção nos momentos derradeiros e de destino incerto da alma (ARAÚJO, 1997).

Desconhecemos a que se referia Alexandre Rebelo Sepúlveda quando recordava os seus pecados, pois sabemos muito pouco da sua vida na colónia sul-americana. Residia numa das suas fazendas, a da Lagoa, rodeado por alguns índios e escravos, por quem manifesta muito apreço e estima. Boa parte do trabalho de casa e da lavoura assentava nesta mão escrava e índia. Os índios eram exímios conhecedores da floresta e dos sertões, pelo conhecimento que possuíam das plantas, dos contextos, etc. Possuir mão escrava significava abundância e prosperidade. Sabemos também que não estava só em termos familiares. O seu sobrinho herdeiro e administrador no património do Brasil era uma das suas companhias, mas outros sobrinhos e familiares estavam em várias das suas fazendas, sugerindo que se servia deles, pela confiança que neles depositava, para o ajudarem na gestão do vasto património que granjeou na sua vida de emigrante. Tinha uma vida rica e opulenta,

caracterizada por uma casa com bons móveis, objetos de ouro e prata e rodeado de serviçais. Património, abundância e prosperidade marcavam a vida deste emigrante no Maranhão.

Sobre o nosso protagonista sabemos muito pouco em quase todos os quadrantes da vida. Que sociabilidades tinha? A que confrarias pertencia? Ocupou algum cargo nelas ou em outras instituições? Através dos apadrinhamentos sabemos que mantinha relações estreitas com alguns homens de poder, mas até que ponto se relacionavam? Eram apenas relações de negócios? Com quem privava, para além dos seus parentes?

Na preparação da morte, solicitou que o seu corpo fosse amortalhado com o hábito de São Francisco, que já tinha em seu poder, demonstrando ser meticoloso na preparação da última morada, e sepultado na igreja matriz da paróquia de Nossa Senhora da Vitória ou na mais próxima do local onde falecesse. Nesta última eventualidade determinava que na sua sepultura fosse colocada uma cruz para melhor identificação, pois desejava que passado um ano após a sua morte, os seus restos mortais fossem trasladado para a referida igreja matriz (ADB, p. 460). Esta seria a primeira viagem, mas outra estava também inscrita no testamento. A opção pelo hábito de São Francisco segue o comum na época, ao optar por esta marca religiosa, de proximidade aos mais desfavorecidos e coberta de indulgências (GODOW, 1986). Esta era também a mortalha mais solicitada pelos falecidos em Braga e seu termo nos séculos XVIII e XIX (DURÃES, 2000).

Embora admitisse falecer noutra local que não o da sua residência, provavelmente pelas deslocações que efetuava em negócios ou estar numa outra das suas fazendas, era sua vontade firme regressar a ela, para posteriormente ser efetuada a trasladação dos seus ossos para a

igreja que mandou erigir na sua terra natal, a fim de serem sepultados na capela-mor. Na cobertura da sua sepultura seria colocada uma lápide com o seu nome associado à construção da igreja e ainda as armas dos seus antecessores. Desejava que esta lápide não fosse destruída, guardando “a materna memória”(ADB, p. 460). A chegada dos seus ossos à igreja deveria ser recebida com um ofício com todos os sacerdotes da freguesia, pagos a 300 réis cada um, o que só por si constituiria um momento singular e de memória.

Essa circunstância obrigou-o também a admitir duas formas de celebração de missas e ofícios. Assim, requeria para o seu acompanhamento todos os sacerdotes que fosse possível, para celebrarem missa de corpo presente, celebrando pelo menos um ofício, deixando menção do pagamento a efetuar a cada um por cada serviço prestado.

Se falecesse fora da sua residência, cabia ao testamenteiro avisar o pároco da sua freguesia para, no dia imediato à notícia, mandar celebrar um ofício cantado pela sua alma e outros tantos nos quatro dias imediatos, esclarecendo que, se por alguma razão, esse ritmo fosse interrompido, devia ser imediatamente restabelecido porque não desejava que o número de celebrações fosse alterado. A expressão desta vontade corresponde à crença na necessidade de apoiar a alma no momento da partida do mundo terreno ou nos dias imediatos, de forma que os sufrágios contribuíssem para o primeiro julgamento e a alma não fosse acometida ao Inferno (LE GOFF, 1995).

Mas para que nada ficasse ao acaso, ordenou que na eventualidade de ser sepultado fora da sua freguesia, no momento da trasladação do seu corpo estivesse o pároco da igreja matriz de Nossa Senhora da Vitória e mais três sacerdotes preferencialmente seculares e na sua falta

regulares, paramentados decentemente. Apontava o pagamento a fazer-lhes, embora reconhecesse que dependendo da distância o preço a pagar podia ser estabelecido pelo referido pároco de forma amigável (ADB, 460).

Determinou com pormenor o cerimonial que desejou para os lugares por onde passassem os seus restos mortais, na deslocação para a sua freguesia. Assim, foi seu desejo que “[...] em villa, praça ou cidade acompanharam meu corpo todas as irmandades e com faúlhas que se acharem a quem meu herdeiro pagara todo o custo que fizer [...]” (ADB, 460), originando uma cerimónia grandiosa que ficaria na memória dos que a presenciassem. As confrarias criavam desfilhes memoráveis com os seus irmãos, as bandeiras e outros bens, como era a presença assídua da cruz. Quando não se era irmão e se recrutava a presença de uma confraria era necessário pagar por esse serviço (CHOUPARD, 2012). Estes constituíam estratégias de afirmação pública destas instituições, ao mesmo tempo que auxiliavam nas suas receitas.

Solicitou ainda que lhe fossem celebradas 200 de corpo presente pela sua alma imediatamente após a sua morte, sendo distribuídas pelo dia da morte e pelo dia seguinte. A crença de que o momento da partida era decisivo para a salvação da alma, sendo necessárias preces intercessoras, provocou nos fiéis estes pedidos de missas no imediato da morte (DURÃES, 2000).

Para execução das suas vontades, nomeou vários testamenteiros no sertão brasileiro e em Portugal. No Brasil elegeu o seu sobrinho António Rebelo de Sepúlveda, Matias de Sepúlveda, seu parente, e o padre Tomé de Carvalho e Silvato, todos moradores na freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Este seu sobrinho António tinha partido para o Brasil, talvez a pedido do tio, mas nem todos os seus irmãos fizeram o mesmo

percurso. Alexandre Rebelo Sepúlveda ficou em Prozel, sendo nomeado com o seu primo Tomé Rebelo administradores dos legados instituídos nesta paróquia. No Porto nomeou para seus procuradores Bento Abrancho de Araújo e Miguel da Fonseca e Silva e, em Braga, Simão Alves. Estes oito homens ficaram com a obrigação de lidar com os problemas da distribuição da herança e dos trâmites do processo, nomeadamente no que dizia respeito ao cumprimento dos legados em diferentes localidades. Apesar dessa dificuldade e considerada a distância envolvida e a fortuna, o testador, distribuiu tarefas, amenizando trabalhos e canseiras. Reconhecendo ainda que os legados eram muitos e de execução em diversas partes, o testador deixou tudo preparado para o caso de algum não aceitar a incumbência. Assim, o primeiro testamenteiro era o seu sobrinho António, mas se não aceitasse a tarefa seguiam-se o seu primo Matias e o padre Tomé. Estes tratavam dos legados a cumprir na capitania onde residia, bem como das remessas de dinheiro a enviar para o reino, deixando para o efeito 300 mil réis para pagar o trabalho que tinham (ADB, 460). Posteriormente, mencionou mais 2 mil cruzados para cada um. Esta alteração não é a única existente no testamento. Reconhece-se que no decurso da escrita, surgiram novas ideias ou talvez chamadas de atenção, que o fizeram voltar a assuntos já mencionados, como foi, por exemplo, a dotação de órfãs.

Previdente, o capitão-mor cuidou de todos os pormenores, acentuando muitas vezes o que pretendia e o que não desejava que acontecesse. Por outro lado, apresenta-se também como um homem metuculoso, habituado à memória escrita, afirmando o recurso a livros próprios e a necessidade de preservar a memória, mas sublinha-se, sobretudo, a sua vontade, manifestação clara de quem está habituado a decidir grandes

assuntos. Esta era uma forma de responsabilizar os executores testamentários a cumprirem o que determinava.

Alexandre Rebelo de Sepúlveda não estava sozinho no Brasil. Tinha em sua companhia, na mesma paróquia de Nossa Senhora da Vitória, pelo menos um sobrinho, que ficou seu testamenteiro e outros familiares, como era Matias de Rebelo. Esse sobrinho era sargento-mor em 1730, quando se candidatou a familiar do Santo Ofício. Também ele solteiro, na ocasião com cerca de 35 anos, era natural da mesma paróquia de seu tio e considerado um homem rico. Vivia das suas fazendas, “e mandar boiadas, e vender cavalarias” (ANTT, p. 69). Foi a morte de seu tio que o deixou com grandes cabedais, desde logo como herdeiro e administrador dos seus bens na colônia sul-americana. Passou por morte deste a gerir a grande fazenda de Lagoas, “da mesma forma que em minha vida”, como era vontade de Alexandra Rebelo de Sepúlveda, presente no seu testamento (ADB, p. 460). Para a testemunha Roque da Rocha Pinheiro “falecendo seu tio Coronel Alexandre Rebelo Sepúlveda, no Piauí o deixara por [h]erdeiro, e testamenteiro com alguas pensões no seo testamento, que lhe não consta de certo, que cabedal possui ao presente, porém o dito seo tio testara pouco menos de duzentos mil cruzados, e que elle os governa, e administra” (ANTT, p. 69). Tinha na altura “quinze mil cruzados para cima” e sabia ler e escrever, refere a testemunha Lopo Rodrigues de Vasconcelos. Mais assertivo parece ter sido Bento de Barros, também testemunha no processo de habilitação, ao referir que o candidato possuía “fazendas, e escravos, que forão avaliados por tudo junto em cento e oitenta mil cruzados pouco mais ou menos”. Já Manuel Figueiredo Souto, de igual competência, asseverou que o candidato governava “sinco ou seis fazendas de gado cavalari e vacum, que lhe ficarão em testamento de seo tio Coronel Alexandre Rebelo

Sepúlveda com escravos bastantes para dellas fazer alguas obras pias, e ter sua parte, donde o julga com bastante cabedal” (ANTT, p. 69).

Embora o capital que possuía fosse estimado de forma diversa, todos os depoentes, a viveram no Maranhão, coincidiram na vida abastada e até de luxo que tinha, mas também nas qualidades pessoais, afirmando ser pessoa capaz para o cargo, que materializava a sua ascensão social (MARQUES, 2018).

Com a herança de seu tio ficou muito rico, com um alargado património, mas quando partiu era pedreiro, como seu pai, José Álvares Carneiro, natural da freguesia de São Pedro da Portela, casado com a tecedeira Sebastiana Rebelo de Sepúlveda natural da freguesia de São Tomé de Prozelo (ANTT, p. 69). As origens eram, portanto, humildes, mas a proximidade do tio, transformou o seu percurso.

O desejo de ingressar numa instituição muito poderosa como era a do Santo Ofício foi alcançado por vários homens da metrópole e do império. A sua pertença significava limpeza de sangue, estatuto de homem honrado, o que lhe proporcionava ascensão social (SANTOS, 2019). Essa possibilidade facultava-lhe o acesso à nobreza pelos serviços prestados. Quem provinha de meios associados ao comércio ou ao artesanato almejava, desta forma, ser reconhecido socialmente como puro (MAROCCI, PAIVA, 2016). A candidatura de António ocorre precisamente na década em que no Maranhão se conheceu o maior número de habilitações.

A audição das testemunhas de Prozelo não foi muito auspiciosa, pois várias delas declararam ser sua mãe de ascendência cristã nova (ANTT, p. 69), o que perturbou, certamente, os objetivos pretendidos. O desfecho do processo é desconhecido, mas a sua análise provou a importância de Alexandre Rebelo de Sepúlveda no enriquecimento de pelo

menos um membro da sua família, que prosseguiu nos seus negócios, assim como no modelo de vida pessoal. Terá António repetido a sua candidatura, como outros fizeram? Obteve ou não a carta de familiar que tanto pretendia? As fontes consultadas não permitem, infelizmente, responder a estas questões.

A análise dos bens arrolados no testamento de Alexandre Rebelo de Sepúlveda apresenta um homem muito rico e poderoso.

**Quadro 1 – Fazendas e outros bens possuídos na hora da morte**

Fazendas	Gado vacum (em cabeças)	Éguas	Cavalos	Escravos
Lagoa	3200			
São Vítor	3000 ( <i>pouco mais ou menos</i> )			
Boqueirão	3200			
Sobrado	3200 ( <i>pouco mais ou menos</i> )			
Esperança	3200 ( <i>pouco mais ou menos</i> )			
Boavista	3100 ( <i>pouco mais ou menos</i> )			
Pera da Lagoa	1600 ( <i>pouco mais ou menos</i> )			
Serra	800			
Cana Brava	600			
Total	21.900	600	220	55

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Titulos do Hospital 1614-1795*, n. 460, fls. 6-6v.

Alexandra Rebelo Sepúlveda tinha na hora da morte uma fortuna que compreendia terras, inseridas nas 9 fazendas que elenca no testamento, gado vacum e cavalariagem e ainda 55 escravos, sendo todos os designados do sexo masculino. Refere 29 machos que trabalhavam nas referidas fazendas e mais 25 que o serviam mais diretamente, o que perfaz 54 e não 55. Não arrola mulheres, o que nos parece inusitado. Tinha ainda índios, que não contabilizou, mas surgem vários mencionados no seu testamento.

Na sua contabilidade, a sua riqueza orçava 196 mil cruzados e mais 300 mil réis, que correspondia a 25 mil cabeças de gado, avaliada cada

uma a 2.500 réis. Os cavalos valiam 25 mil réis cada um, as éguas 10 mil réis cada e os escravos 150 mil réis a peça. Nesta contabilidade não eram integrado todo o seu património, devido “ao genero e qualidade delle”, mas também devido à existência de gado na serra, o que segundo o testador, obrigaria os testamenteiros e procuradores a fazerem esse arrolamento, assim como a cobrar as dívidas em débito, mediante os documentos que possuía, nomeadamente as exaradas num livro em que figurava a sua assinatura. Apenas estas, pois as que se encontrassem fora dele não desejava que fossem executadas (ADB, 460). Da mesma forma que manda cobrar, ordena também o pagamento das dívidas que possuía. Desejava partir sossegado, sem pendentes.

Para além do rendimento do gado, auferia outros proventos provenientes do algodão e do linho que cultivava nas suas fazendas. Estas foram as duas culturas mencionadas, embora saibamos que muitas outras eram produzidas no sertão: a plantação da cana, o cacau, o café e o arroz cresciam nas grandes extensões territoriais da região. A agricultura era considerada como o grande empreendimento local, ao lado da criação de gado. Lado a lado com a defesa do território, a agricultura era uma das preocupações do Estado do Maranhão (SANTOS, 2019; SCHWARTZ, 2012).

### **A CARIDADE COM A ALMA E O CORPO**

Alexandre Rebelo de Sepúlveda mostrou na hora da morte atuar com caridade com muitas pessoas em diferentes situações. Assim, para os seus devedores determinou que em caso de estarem necessitados e caídos em pobreza se esperasse o tempo necessário para poderem pagar sem ficarem sem sustento. E nos casos em que fosse impossível pagar,

as dívidas lhes fossem perdoadas pelo amor de Deus. Já no que lhe dizia respeito, ordenou que todas as suas dívidas de negócios, como a respeitante à compra da fazenda de S. Vítor, fossem liquidadas com a maior brevidade possível.

O homem moderno tinha como objetivo primordial a salvação da sua alma, assumindo a instituição de legados um papel principal. Como não tinha descendentes diretos, pois nunca tinha casado nem tinha herdeiros forçados, dispôs dos seus bens sem nenhum constrangimento.

A divisão da herança significava também a repartição de poderes. Mas ainda uma reflexão sobre a sua vida passada, a sua religião, os seus parentes e os seus efeitos (ARIÈS, 1988).

A vontade de salvar a alma levou o testador a instituir diariamente uma missa por sua alma, o sufrágio mais procurado na Idade Moderna (ABREU, 1999), no convento de São Francisco, em Guimarães, para o que deixou 4.000 cruzados. No convento de Santa Teresa, de Braga, mandou celebrar uma missa quotidiana pelas almas de seus pais, com igual capital. Estabeleceu que se não fossem aceites pelas instituições nomeadas, transitassem para outros conventos, colegiadas, ou igrejas, de modo que as almas fossem sufragadas e aliviadas do fugo do Purgatório. Como era desconhecido o tempo em que as almas permaneceriam nesse lugar, as missas foram instituídas perpetuamente, cobrindo todo o tempo do mundo (CHIFOLLEAU, 2012).

Com estas duas capelas, o coronel de Piauí cuidou da sua salvação e das pessoas que lhe eram mais próximas, os pais. Pediu ainda que estes dois legados fossem satisfeitos com a brevidade possível, não deixando a sua alma e a dos seus progenitores sem este aconchego religioso e espiritual perpétuo (VOVELL, 1999).

Ordenou ainda que o seu procurador enviassem 12.000 cruzados em dinheiro ou letra segura para o reino para serem compradas terras ou pão de foro, ou outros bens seguros, podendo ainda ser postos a juros para serem casadas duas órfãs suas parentes anualmente, das mais próximas, ou seja, até ao quarto grau. Se não as houvesse, seriam preferidas as mais pobres da sua freguesia de Prozelo e na eventualidade de não existirem abria-se o concurso às jovens das freguesias vizinhas. Estas jovens deviam ser honradas e donzelas, porém as que não fossem da sua família tinham ainda que ser cristãs velhas. Este critério não era exigido às suas parentes, porque se considerava de sangue limpo. Estabeleceu ainda como critério de seleção o grau de parentesco, devendo ser providas as mais chegadas, preferindo a do primeiro grau às do segundo e assim sucessivamente até ao quarto grau. Na eventualidade de existirem mais do que duas do mesmo grau num ano, ordenou que se seleccionassem, colocando os nomes em papéis e estes num recipiente onde não fossem vistos para que um menino sorteasse dois papéis dos que se meteram, sendo os nomes que neles estivessem os escolhidos para receberem um dote de 100 mil réis (MACHADO, 2010). As preteridas teriam precedência no ano seguinte. Ficaram seus procuradores, Alexandre Rebelo de Sepúlveda e o padre de Prozelo. Na recusa do primeiro, a tarefa recaía no parente mais próximo e do segundo na confraria do Santíssimo Sacramento da igreja de Prozelo, a quem deixava uma esmola de 200.000 réis. Se o pároco aceitasse, o legado da confraria era somente de 10.000 réis (ADB, p. 460).

A distribuição de dotes de casamento foi quase uma obrigação das pessoas com rendimentos e capital. A historiografia portuguesa conta já com um significativo número de trabalhos sobre esta matéria, possibilitando a elaboração de uma síntese. Também os que chegaram do

império têm vindo a ser estudados, principalmente os respeitantes ao Brasil (MACHADO, 2021, ARAÚJO, 2020, 2006, 2002; RAMOS, 2015). Nestes últimos destacam-se homens ricos ou muito ricos, que deixam parte da sua fortuna para casar parentes ou jovens das suas freguesias. Legar parte da sua herança para familiares jovens, significava em primeiro lugar direccionar a sua riqueza para os seus, embora sob critérios, desde logo a manutenção da honra e das virtudes. Mas significava também criar memória familiar na transitoriedade do património. Este só estava acessível mediante critérios e no caso em apreço com uma finalidade. Se deixar às familiares significava estas duas vertentes, elas podiam ser alteradas quando o dote se destinava às jovens da freguesia da sua naturalidade. Embora vivessem longe, estes homens desejavam manter viva a sua presença, através da memória, na terra que os viu partir, agora num outro contexto. A riqueza acumulada servia para os engrandecer depois da morte, mas igualmente à sua família que permanecia na localidade. Em terras pequenas, esta mudança de estatuto era muito significativa. Mas acresce ainda o facto de o estatuto social assumir no Antigo Regime um enormíssimo valor.

Alexandre Rebelo Sepúlveda afirmou ainda que o pagamento dos dotes só seria efetuado após o casamento, como comumente acontecia, e tudo deveria ser registado em livro próprio: as receitas e as despesas, de forma ao esclarecimento de contas anualmente perante o Juiz dos Resíduos.

Os administradores dos legados recebiam 20 mil réis por ano para pagar o trabalho realizado, os quais saíam do rendimento dos 12 mil cruzados, o que deveria ser colocado em depósito seguro ou na mão do seu testamenteiro, de maneira que somando 100 mil réis se pudesse

distribuir mais um dote de casamento. Assim, nesses anos os dotes não eram dois, mas três.

Dos bens que possuía em Prozelo deixou 3 mil cruzados para serem aplicados em foros e pensões e do seu rendimento se pudesse ordenar um sacerdote seu parente, sendo preferido o de grau mais próximo, ficando obrigado a celebrar semanalmente uma missa por sua alma todos os dias, com exceção de um dia, enquanto fosse vivo. Se adoecesse, ficava obrigado a colocar um substituto e a pagar-lhe pelas celebrações realizadas. Em caso de morte era substituído pelo parente mais próximo. No oitavário de Todos os Santos o padre e mais sacerdotes eram obrigados a celebrar um ofício de nove lições por alma do benfeitor, no fim do qual tinham de rezar um responso pela alma dos seus pais, tudo pago pelo sacerdote celebrante das missas (ADB, p. 460).

Enquanto não se construísse a sua igreja, como ordenava no seu testamento, estas celebrações deviam decorrer num altar da igreja paroquial de Prozelo.

Se não existisse candidato da sua família à referida formação, abria a possibilidade desta ser atribuída a um homem pobre da sua freguesia e não existindo nela às vizinhas, devendo intervir neste processo o seu administrador e o pároco da freguesia e a escolha ser aprovada pelo provisor do arcebispado. O mesmo deveria acontecer se se perfilassem vários candidatos seus familiares. Ou seja, a escolha era criteriosa, envolvia várias pessoas e poderes para recair no perfil que se considerava mais adequado. Durante o tempo de formação do indivíduo, as missas seriam celebradas por outro sacerdote. Se não fosse seu parente, o candidato a sacerdote receberia uma mesada de 100 réis por dia, proveniente do rendimento do montante que tinha deixado para esta

finalidade, tendo, no entanto, de declarar por escrito o recebimento deste dinheiro (PINTO; RIBEIRO, 2018).

**Quadro 2 – Esmolas deixadas a instituições**

<b>Instituição</b>	<b>Montante</b>
Convento N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Carmo-São Luís do Maranhão	200.000 réis
Convento das Mercês- São Luís do Maranhão	500.000 réis
Convento de St <sup>o</sup> António-São Luís do Maranhão	300.000 réis
Convento de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da-Bahia <sup>2</sup>	1.000 cruzados
Convento de Sto António do Penedo-Alagoas	200.000 réis
Santa Casa de Jerusalém	200.000 réis
Misericórdia de Braga	200.000 réis
Misericórdia de Arcos de Valdevez	100.000 réis
Misericórdia de Guimarães	100.000 réis
Hospital de São Luís-Maranhão	200.000 réis
Hospital de São Marcos-Braga	300.000 réis
Hospital de Ponte de Lima	200.000 réis
Hospital de Ponte da Barca	200.000 réis
Irmandade de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Vitória	200.000 réis
Irmandade do Santíssimo Sacramento	200.000 réis
Irmandade das Almas	50.000 réis

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Titullos do Hospital 1614-1795*, n. 460, fls. 15-15v.

A importância conferida à vida religiosa por este homem é enorme. Muitos dos seus legados direcionaram-se para familiares e amigos que deviam privilegiar a vida religiosa, quer sejam homens, quer mulheres. A aposta surge sob vários formatos, mas privilegia-se para as mulheres uma vida em clausura, dedicada a Deus e para os homens o celibato associado à religião. Se por um lado, cumpria um dos preceitos da época, ao valorizar as carreias religiosas, pro outro, proporcionava mobilidade social, ao destinar-lhes um percurso numa instituição muito poderosa (MONTEIRO; OLIVAL, 2003).

<sup>2</sup> Este convento ficava com a obrigação de celebrar anualmente uma missa pela alma do testador. Se não aceitasse, a esmola transitava para o convento dos Carmelitas Descalços.

A instituição de legados para Misericórdias aconteceu ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, sendo muito recorrente nos seguintes, fruto da aceleração da emigração para o Brasil. É hoje possível afirmar a importância assumida por esses legados nas Misericórdias minhotas, local do maior contingente de emigrantes, conhecendo-se também a forma como estas se dirigiam à comunidade emigrante de algumas cidades, na tentativa de conseguirem donativos para os seus projetos assistenciais (MACHADO, 2021). Através de cartas ou do envio de imagens, os pedidos aconteciam sempre que era preciso dinheiro para obras ou construção de novos equipamentos (FERNANDES, 2016; MACHADO, 2021). Por vezes, essas contribuições destinavam-se aos hospitais, setor responsável pelo aumento de despesas em setecentos. As esmolas recebidas e os legados destinavam-se à alimentação dos enfermos, à contratação de profissionais de saúde, a obras de remodelação e a aspetos associados ao culto e a sufrágios pro alma.

As irmandades referidas eram todas da igreja de Nossa Senhora da Vitória, a paróquia onde talvez tenha vivido mais tempo. Devoto do Santíssimo Sacramento e das almas do Purgatório, o capitão-mor recordou-as, deixando-lhe uma esmola, mais avantajada à primeira do que à segunda. Estas invocações alcançaram muita popularidade nos pós-Trento, constituindo-se conjuntamente com as de Nossa Senhora do Rosário os cultos mais divulgados ao proporcionarem devoções comunitárias e individuais (LEBRUN, 1990). Mantiveram-se muito ativas no mundo católico de cá e de lá do Atlântico (ARAÚJO, 2019).

A distribuição de esmolas contempla instituições do reino e da colónia sul-americana, alargando-se a outras instituições, como verificámos. Dividido entre as duas margens, Alexandre Rebelo Sepúlveda, recordou-as na hora da morte, materializando os seus afetos e as

suas preocupações. Para além de uma distribuição que deixa antever preferências, mas também conhecimento das instituições, fez algumas salvaguardas, de forma a não inviabilizar o cumprimento das suas vontades. Assim, se não existisse hospital na vila de Ponte da Barca, o dinheiro deveria ser direcionado para o convento de Santo António mais próximo.

Este apreço pelo trabalho hospitalar demonstra o conhecimento que possuía sobre as dificuldades sentidas pro estas instituições, num período em que as preocupações com a saúde particular e pública eram cada vez mais acentuadas.

**Quadro 3 – Missas instituídas, almas sufragadas e promoção de cultos**

<b>Almas e invocações sufragadas</b>	<b>Nº de missas</b>
Sua alma e de seus pais	6
Sua irmã Sebastiana	2
Almas do Purgatório	2
Todos os santos da corte celestial	2
Sua irmã Mariana	1
Parentes até 4º grau	1
Anjo da Guarda	1
Santo do seu nome	1
Morte e Paixão de Cristo	1

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Titullos do Hospital 1614-1795*, n. 460, fl. 16v.

Alexandre Rebelo Sepúlveda refere capelas de missas, mas simultaneamente menciona que se digam de “huma so vez”, o que parece evidenciar tratar-se de missas e não de capelas de missas, por implicar outro ritmo de celebração.

Todas estas missas deveriam ser celebradas com brevidade na paróquia de Santa Maria da Vitória, encargo destinado ao seu testamenteiro. Estabelecia que na eventualidade de não existirem sacerdotes para as celebrarem, fossem entregues a conventos pobres quer

da Bahia, quer de São Luís do Maranhão. Esta mudança devia seguir o conselho do pároco da freguesia, não devendo nunca as missas serem entregues a religiosos que andassem pelo sertão sem licença dos preladados aprovados pelo ordinário. De igual forma, não desejava que as missas mandadas celebrar nos conventos de São Luís do Maranhão fossem ditas por qualquer sacerdote particular, ainda que autorizados pelo seu prelado. Esta sua vontade reforçava as cautelas na celebração dos citados sufrágios, mostrando-se um homem prudente e determinado nestas matérias, mas também profundo conhecedor do contexto em que vivia.

Nesta passagem do seu testamento colocou a alma dos seus pais em paralelo com a sua, o que nem sempre se verificava. Muitos testadores optavam por invocar primeiramente a sua alma, a quem dedicavam mais missas e só depois as dos progenitores. Mesmo assim, recaiu sobre elas o maior volume de missas. Lembrou ainda outros familiares, nomeadamente as suas irmãs e os parentes até ao 4<sup>o</sup> grau, arrastando à sua volta as almas de muitas pessoas do seu sangue. Mas os santos da corte celestial, o anjo da sua guarda, o santo do seu nome e a morte e Paixão de Cristo foram igualmente convocados para uma vez mais serem recordados e implorarem pela sua alma.

Celebrar pelas almas que sofriam no Purgatório era estabelecer um elo de forte auxílio no resgate do sofrimento em que se encontravam (ABREU, 1999).

Ainda pelas sua alma ordenou a celebração de mais 500 missas, sendo 300 pela sua alma, 100 pelas dos seus pais e 100 pelas almas de outros familiares até ao quarto grau. Ordenou também a celebração de 12 ofícios gerais com todos os sacerdotes da sua freguesia de residência no Brasil, pagos a 300 réis sem missa e a 400 réis com missa. O sacerdote

que cantasse a missa receberia 1000 réis por cada ofício. Estas cerimónias religiosas deveriam contar com a presença de pobres, todos os que desejassem comparecer para rezar pela alma do testador. Recebiam por este serviço 100 réis e uma vela acesa que manteriam nas suas mãos durante a cerimónia. Para o pagamento desta despesa, mandava que o seu administrador despendesse 120 mil réis, dos quais daria 10 mil réis também a cada viúva ou donzela pobre que vivesse recolhida e marcasse presença nestas cerimónias. Na escolha destas mulheres prefeririam as suas familiares mais necessitadas. O seu administrador devia prover todos os legados respeitantes a missas, a pobres e a dotes de casamento e a esmolas para os afilhados e sobrinhos no prazo de cinco anos após o seu falecimento. E se não os pudesse cumprir, deveria recorrer ao juiz dos Resíduos para lhe conceder alargamento do prazo (ADB, 460).

A repartição da sua fortuna passou também por familiares que estavam vivos, nomeadamente sobrinhos, outros parentes e a servidores.

Em Prozelo, deixou à sobrinha Ana Maria mil cruzados e ao seu primeiro filho de legítimo matrimónio, 200 mil réis. Ao seu filho Alexandre mandou entregar 1000 cruzados para seu património e ordenação de sacerdote ou ingressar numa ordem religiosa. Não seguindo a vida religiosa, receberia somente 200 mil réis, sendo os restantes 200 mil réis destinados a seus irmãos, no caso de existirem, e não os havendo aos parentes mais próximos em consanguinidade. À sobrinha Maria Rebelo deixou 4000 cruzados para ela e seus filhos, pois se não os tivesse de legítimo casamento, seriam entregues aos seus sobrinhos e parentes mais próximos. Se tivesse filhos legítimos, o primeiro varão era contemplado com mais 1000 cruzados para seguir a vida religiosa e se fosse mulher receberia 2500 cruzados, que serviriam para ingressar num convento e ser freira. Se não desejasse casar com Deus e

fizesse um matrimónio acordado com os seus pais, receberia somente 200 mil réis, sendo o restante dividido pelos seus irmãos e não existindo pelos parentes mais chegados. A sobrinha Isabel Rebelo receberia 3000 cruzados para se casar na terra ou com Deus, conforme fosse sua vontade, o que manifesta maior flexibilidade relativamente ao anteriormente referido sobre o filho de Ana Maria e à filha de Maria Rebelo, que eram penalizados se não abraçassem a vida religiosa. Mas se Isabel Rebelo optasse por outro percurso de vida, receberia somente 200 mil réis, sendo o restante para o seu herdeiro. Alexandre Rebelo Sepúlveda era partidário da corrente dominante da época, que considerava que o convento e o casamento eram os destinados mais seguros para uma mulher, penalizando, por isso, que não desejasse nem uma, nem outra situação.

O seu sobrinho Alexandre Rebelo, filho da sua imã Sebastiana Rebelo e de José Álvares Carneiro, por ser seu administrador dos legados na freguesia de Prozelo, receberia 2000 cruzados, mais todos os bens que por legítima couberem a suas irmãs, para que as fazendas não fossem retalhadas e ficassem com o referido sobrinho, cabendo-lhes a elas os legados acima mencionados para tomarem estado. Se elas não aceitassem estas condições, receberiam as suas legítimas, mas era-lhes descontado no montante do dote e o dinheiro entregue ao irmão (ADB, p. 460). À filha natural de seu tio Bento Rebelo mandou entregar 200 mil réis.

Mandou ainda que se casassem mais duas órfãs da sua freguesia de Prozelo, com um dote de 1000 mil réis cada, sendo preferidas as mulheres do seu sangue mais próximas. Para o caso de não haver candidaturas, seriam seleccionadas as mais pobres da citada freguesia e na sua ausência as das paróquias confrontantes, todas elas donzelas

honradas. Para esta distribuição, o seu administrador tinha de mandar 3000 cruzados em dinheiro ou letra segura ao seu administrador da sua freguesia, o qual devia atuar em consonância com o padre da paróquia e mais dois sacerdotes da mesma.

Na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, onde morava, instituiu também dotes de casamento.

A Matias Rebelo, também familiar e seu servidor, mandou entregar 300 mil réis, e quatro cavalos, ao seu primo sargento-mor Tomé Rebelo mandou entregar 600 mil réis.

Para Além da família, deixou também legados para outras pessoas, suas conhecidas. A filha Maria de Pedro Gonçalves Ribeiro, casada com Francisco Gonçalves mandou entregar 100 mil réis e igual montante recebia Joana de Brito, filha de Ângelo Garcia, devendo o dinheiro ser entregue ao seu primo sargento-mor Tomé Rebelo para lho fazer chegar.

Para algumas pessoas que viviam consigo no Brasil e lhe eram muito próximas deixou também importantes legados. Beneficiou Patrónila, filha de uma índia forra que vivia na sua casa há muito tempo, deixando-lhe 6000 cruzados. Era ainda criança e Alexandre Rebelo Sepúlveda manifestava o amor que lhe tinha, por se criar na sua casa e querer deixá-la bem de vida. Para além do dinheiro, legou-lhe mais 50 vacas, 5 éguas e 1 cavalo. Desejava que tomasse estado de casada ou religiosa, conforme fosse sua vontade, deixando entender que estava aberto a qualquer destino que seguisse. O seu administrador tinha ainda que lhe dar o enxoval (MELO, 2009) em qualquer dos ditos casos e mandá-la educar e criar a uma casa virtuosa e honrada, ou seja a um convento ou a um recolhimento. Qualquer destas instituições recebiam jovens para educar, mediante o pagamento de um preçário. Caso não

seguisse o caminho que lhe era indicado, era penalizada e receberia somente 100 vacas, as éguas e o cavalo assinalados. Esta afeição muito tão grande e objetiva que caso a menina não se perdesse nem fosse mal tratada, o que levaria o seu herdeiro a perder o montante equivalente à herança da menina, sendo esse dinheiro destinado ao casamento de uma órfã da capitania de Piauí ou de outra localidade, caso não existisse na referida capitania. A nomeação das referidas órfãs era incumbência do padre da sua paróquia. Já o dote da Patronila era encaminhado para casar raparigas órfãs honradas da sua freguesia do concelho de Entre Homem e Cávado, cabendo a cada uma 100 mil réis. Na eventualidade da referida menina falecer, parte a sua herança revertia a favor do seu herdeiro principal, se não morresse por sua culpa, e o gado seria entregue à índia sua mãe (ADB, p. 460).

A notória preferência por esta criança faz-nos pensar tratar-se de alguém muito próximo e a quem dedicava grande afeto. Tratar-se-ia de uma filha ilegítima? De que culpas passadas se recordava na hora da morte? Alguns emigrantes na América-portuguesa regressaram a Portugal e trouxeram escravos, a quem dedicavam também grande amor. Nunca foram assumidos como filhos, mas ao deixar-lhe a herança mais íntima como joias, móveis, roupa pessoal e terras sugerem a existência de laços muito profundos (ARAÚJO, 2015).

Ao Luís, filho da índia Domingas, também a viver em sua casa deixou 20 vacas, e um cavalo selado e à sua mãe 10 vacas para com o seu rendimento se poder vestir. A Madalena e a Inácia, índias, suas criadas, mandou também entregar 10 vacas e 1 cavalo selado a cada uma. Estas esmolas eram feitas “por amor de Deus”, expressão usada para reconhecer a pobreza em que se encontravam os que recebiam a esmola e justificar a dádiva. As suas criadas índias ficavam autorizadas a viverem

na sua residência, caso o desejassem, e o seu herdeiro ficava incumbido de as alimentar e vestir tal como ele faria. Mas se algum “homem de consideração ainda que seja pardo ou mameluco se queira casar com alguma” receberá cada uma, um dote de 100 mil réis, para além do acima referido (ADB, p. 460).

À sua escrava Maria concedia alforria na sua morte, recebendo 100 mil réis de pensão do cativo, assim como 20 vacas e 2 éguas de esmola. Igualmente livre ficava o seu escravo António Gago, mas com a obrigação de servir o seu sobrinho herdeiro durante 10 anos após o seu falecimento, servindo-o como a si fazia. Já a escrava Francisca permanecia neste estatuto durante cinco anos, ficando o seu herdeiro com a obrigação de lhe passar carta de alforria após esse tempo. Estas determinações foram sublinhadas, ficando exarado que não era sua vontade que as doações e condições declaradas fossem diminuídas (ADB, p. 460).

Ao filho da índia Teresa, André, deixou 12 vacas e 1 cavalo, ao menino Filipe, filho da índia Helena 12 vacas e u1 cavalo, ao Filipe, filho da mesma índia e mudo de nascença deixou também 12 vacas. Estas esmo-las acomodariam estas famílias após a sua morte, mas se optassem por trabalhar nas terras de cultura de algodão e linho, o seu herdeiro ficava incumbido de as vestir famílias. Caso não desejassem receberiam a herança para se poderem sustentar. Eram igualmente residentes na sua casa.

António Rebelo, velho, assistente em sua casa, recebeu 300 mil réis em dinheiro.

Ao seu sobrinho António Rebelo de Sepúlveda, morador na sua fazenda da Lagoa, deixou 31 vacas e 20 éguas para que sustentasse a sua casa da mesma forma que em sua vida. Deixou-lhe ainda todo o recheio de móveis, ouro, prata e roupa, assim como uma escrava negra

proveniente da Guiné e seus dois filhos, assistente na referida fazenda. Todos estes bens configuravam uma situação de riqueza e contribuíam para adquirir prestígio e estatuto. Este sobrinho foi o herdeiro preferido e seu testamenteiro no Brasil, ficando com a obrigação de diligenciar todos os legados, porém, não cumprindo o estabelecido no testamento ficava privado da herança universal, passado para outro (ADB, p. 460).

Seguidamente, as preocupações direcionadas para os que lhe eram próximos, mas não viviam consigo. João de Abreu, seu intendente na fazenda de S. Vítor, ainda seu parente, recebeu 50 vacas e 1 cavalo da mesma fazenda. Jerónimo de Abreu, assistente na mesma fazenda e também seu familiar, recebeu o mesmo. Estas memórias possibilitam conhecer os homens que o serviam e de que estava rodeado. Pessoas da sua família que também tinha emigrado para o Brasil.

Homem poderoso, o coronel foi convidado para vários apadrinhamentos. Rapazes e raparigas receberam a sua bênção no dia do batizado e com eles mantinha alguma proximidade, recordo-os na hora da morte. Assim sem os identificar “para que pelo nome não percam”, expressão várias vezes empregue para significar o anonimato das pessoas em causa, deixou à filha de João Gonçalves 50 vacas e 1 cavalo, à filha do Alferiz 50 vacas e 4 éguas; ao afilhado filho de João de Sousa Pinto igual doação, à filha do capitão-mor Raquel de Abreu Sepúlveda, talvez também seu familiar, 300 mil réis para auxiliar no seu sustento, por ser doente ou para seu dote. À afilhada filha do sargento-mor Miguel de Araújo Reis deixou tudo o que o seu pai lhe devia dos anos de 1706 e 1707, rendimento que se destinava ao seu dote, ai seu afilhado filho do capitão-mor Miguel de Abreu de Sepúlveda 200 mil réis, o qual ficava incumbido de vender todo o gado da sua fazenda do Boqueirão, assim como o feno e água para com o produto da sua venda mandar enviar o

dinheiro para Portugal e o seu administrador comprar ornatos para a capela de Nossa Senhora das Angústias, da freguesia de Barreiros, concelho de Entre Homem e Cávado. O dinheiro sobran­te deveria ser colocado a juro para com ele se distribu­írem esmolas pelos pobres da freguesia da referida capela, ao qual se somará mais 300 mil réis que o seu administrador mandará da fazenda em que morava. Todas estas esmolas em gado e éguas deveriam ser entregues pelo seu herdeiro principal imediatamente após a sua morte, sendo-lhes consignadas aos próprios e não a seus pais (ADB, p. 460). O seu a­filhado, filho de António Simões de Lago, do Recôncavo da Bahia, recebia também 3 éguas.

Na freguesia de Nossa Senhora da Vitória instituiu mais seis dotes de casamento para mulheres brancas e honradas, de 100 mil réis cada um. Na eventualidade de não existirem na citada paróquia, seriam escolhidas as candidatas das freguesias vizinhas, sendo escolhidas pelo seu herdeiro e pelo pároco.

Como a sua maior riqueza assentava em gado, foi com ele que beneficiou pobres, a­filhados e ajudou a sua alma e a de outros familiares e amigos.

Embora a maior parte da sua vida fosse provavelmente passada no Brasil, desejou que os seus restos mortais descansassem na sua terra natal, mandando para o efeito construir uma igreja na freguesia de Pro­zelo. O desejo de reunir a família na morte esteve presente em muitos. No caso em estudo manifesta-se a vontade de regressar, unindo-se aos seus. Porém, mandou edificar um templo para o receber, no lugar do Outeirinho ou nou­tro local considerado conveniente. Ordenou ao seu herdeiro principal que disponibilizasse 50 mil cruzados a enviar ao seu testamenteiro local para deles 10 mil cruzados serem destinados à aquisição dos bens necessários e à materialização da sua vontade,

atuando sempre em articulação com o pároco da freguesia. Sempre firme na forma como desejava ver os projetos concretizados, determinou a passagem do dinheiro para Portugal em parcelas durante quatro anos, após os cinco seguintes à sua morte. Ou seja, esperava que houvesse liquidez e depois, de forma faseada e à medida que o projeto se concretizavam, o capital ia chegando para se dar andamento à construção do templo. Essa forma de envio do capital estava relacionada com a dificuldade existente em enviar tanto dinheiro em simultâneo para Portugal, mas ao fim de três anos determinava que estivessem do lado de cá 10 mil cruzados. Preocupado com a derrapagem financeira e com a fuga de dinheiro, ordenou a elaboração de um livro com as receitas e as despesas, facilitando a contabilidade ao juiz dos Resíduos (ADB, 460).

A igreja devia ser construída de pedra e cal, ficar segura para resistir ao tempo e na forma como costumam ser construídas em Portugal. Teria três altares: o altar-mor e dois colaterais, sino, relógio e púlpito. Ordenou ainda a aquisição de paramentos de damasco para a igreja, assim como algumas imagens. No altar-mor seria colocada a imagem do santo Alexandre, santo do seu nome, padroeiro da igreja. Já num dos altares colaterais ficaria colocada a imagem de Nossa Senhora das Angústias e no outro a do santo Alexandrino. No arco da capela-mor seria colocado uma lápide com o nome do edificador da igreja. Para o altar-mor mandou ainda adquirir dois castiçais de prata.

A colocação de lápides com textos evocativos era muito comum e procurava perpetuar a memórias dos benfeitores. Simultaneamente, associava-a a grandes feitos, recordando aos seus conhecidos e a todos que futuramente a observassem, a benfeitoria recebida pela paróquia.

Dos restantes 40 mil cruzados, o seu administrador de Portugal devia comprar bens de raiz para rendimento da dita igreja e para outras

despesas. O dinheiro que chegava e não era necessário no imediato deveria ser colocado a juro, forma de o rentabilizar para as despesas inerentes a outras fundações, como era a do coro que instituiu na igreja.

Para a seleção dos capelães deixou também regras: preferiam os seus familiares mais próximos para rezar as horas canónicas à semelhança do verificado noutras igrejas e celebrar uma missa por sua alma. Na eventualidade de não existirem homens do seu sangue, seriam escolhidos os parentes do padre Tomé de Carvalho e Silva, vigário da paróquia de Nossa Senhora da Vitória, por lhe dever alguns favores, cuja ascendência procedesse de José da Silva e de sua mulher Catarina de Almeida. Porém, e para que a sua vontade fosse determinante e não a de outros, acrescentou que não os havendo seriam nomeados os parentes dos seus parentes (ADB, p. 460). Com esta passagem compreende-se melhor a proximidade que tinha com o citado sacerdote e a confiança que nele depositava para gerir o seu património e aconselhar os eu sobrinho António.

Para a função de meninos do coro ou sacristães mandou que fossem eleitos órfãos seus parentes mais próximos. Estes deviam trajar com opas douradas, tendo de limpar os altares, varrer a igreja e reparar o que fosse necessário, ganhando por ano 10 mil réis. Se não existissem, seriam recrutados na família de José da Silva e de sua mulher Catarina de Almeida e se não os houvesse, escolheriam os órfãos pobres da freguesia, devendo, quer os órfãos, quer os capelães, serem cristãos velhos (ADB, p. 460).

As missas a celebrar, com exceção num dia da semana, eram ditas nos restantes dias. Eram coordenados por um deles, o capelão mor, pessoa mais próxima do fundador e de grande dignidade. Recebiam 60 mil réis por ano, pagos de três em três meses, sendo multados pelo capelão

mor sempre que faltavam às suas obrigações. Esta regra, segue o conhecido para outros coros de capelães, vinculando-os a serem assíduos e ao cumprimento das suas obrigações (PINTO; RIBEIRO, 2018). Este sacerdote tinha de fornecer as hóstias e o vinho para as missas, pelo que recebia mais 10 mil réis.

Na ausência do capelão mor, as faltas eram apontadas pelos dois capelães mais velhos. Como tinha mais trabalho, o sacerdote que coordenava os demais recebia um acréscimo de salário de 10 mil réis anuais.

Três destes sacerdotes tinham ainda que celebrar mensalmente uma missa pelas almas dos pais do testador num dos altares colaterais, no que seriam coadjuvados pelo diácono e subdiácono, ao fim da qual rezariam um responso pela alma de Alexandre Rebelo Sepúlveda, sendo também pagos por este acréscimo de serviço.

Os administradores da igreja, dos rendimentos que ficaram para a sustentar, os capelães do coro e a missa eram o sobrinho Alexandre Rebelo Sepúlveda e o primo o sargento-mor, Tomé Rebelo de Barros e na sua falta os parentes mais próximos. Não os havendo, desejava que o administrador fosse um familiar seu por linha transversal, sublinhando que a administração da igreja não saísse da sua família, mas em caso disso ocorrer, fosse designada a pessoa mais digna da freguesia. Os administradores recebiam pelo trabalho 20 mil réis anualmente, saídos dos 40 mil cruzados que estavam investidos. Insistia reiteradamente na vontade de que estes legados fossem administrados pela sua família e que existisse o maior cuidado na sua gestão, pelo que os administradores deveriam pedir conselho a pessoas informadas e creditadas, por forma a permanecer eternamente.

Presumindo que anualmente o rendimento era positivo, ordenou o casamento de mais quatro órfãs suas familiares próximas e na sua falta

as mais pobres da freguesia, dando-se a cada uma 100 mil réis de dote, a pagar no dia do seu casamento, que decorreria no dia do padroeiro da sua igreja. Neste dia, decorria uma festa na igreja, que integrava sermão e missa cantada. Porém, se não existisse rendimento para se casar quatro, se casassem as possíveis, descendo a três até uma (ADB, p. 460).

O rendimento do dinheiro era colocado num cofre, fechado a três chaves, depositadas nas mãos dos administradores e na do capelão mor, devendo apenas ser aberto na presença de todos. Para que as contas fossem facilitadas, devia existir um livro de registo de todo o movimento do dinheiro. Previa ainda que anualmente os seus administradores prestassem contas ao juiz dos Resíduos, para que tudo corresse com transparência e a sua vontade cumprida (ADB, 460).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procurando arrumara sua vida terrena e partir mais descansado, o capitão-mor Alexandre Rebelo Sepúlveda mandou escrever as suas últimas vontades, fazendo valer apenas o que decidira em julho de 1725. A revogação de todos os testamentos e codicilos anteriores prova como não desejava deixar nada ao acaso, começando a preparar a morte com antecedência. E foi esse sentido que o levou a ter já pronto o hábito com que o seu corpo haveria de ser coberto.

Homem muito rico e poderoso, tinha muito para distribuir e gastar. Em primeiro lugar e seguindo o corrente na época, cuidou de instituir legados para a sua alma e a dos seus pais, perpétuos e nas duas margens do Atlântico. Beneficiou ainda um conjunto de instituições religiosas, de hospitais e de Misericórdias, demonstrando conhecer bem as necessidades destas instituições e os serviços valiosos que prestavam

às populações mais vulneráveis, mas igualmente os cultos que mais valorizava e era próximo. Mas não esqueceu a sua família, desde logo colocando dois dos seus sobrinhos na gestão da sua fortuna e dos seus legados. Pessoas da sua confiança e muito próximas, sobretudo o seu herdeiro principal, serviram de prolongamento da sua vontade ao assumirem a gestão das suas vontades, administrando-as sempre em conjugação com os pareceres de homens da Igreja. Esta proximidade dos sacerdotes é demonstrativa da confiança que neles depositava, na valorização que deles fazia, mas não condiz com os pecados que assumiu neste derradeiro momento. No Brasil confiava muito no pároco da sua freguesia e em Portugal apelava à coadjuvação do padre de Prozel. Nestes dois sobrinhos depositou toda a sua esperança de que as suas últimas vontades fossem cumpridas, aliás, sublinha esta preocupação com frequência no seu testamento, aludindo à sua vontade e ao que não desejava que acontecesse.

O investimento feito nas suas familiares demonstra a proteção ao sexo feminino, através da facilitação de um dote para tomar um estado, fosse ele religioso, fosse um casamento terreno. Com outras esmolas atribuídas a mulheres da sua família, demonstrou a sua preferência e o benefício que lhes concedia com a passagem de parte do seu património. Sublinhe-se, aliás, a importância conferida à distribuição de dotes em Portugal e no Brasil. Os afilhados, os filhos das índias que habitavam na sua casa da fazenda da Lagoa e outros são a demonstração do afeto que tinha e da maneira como gratificava serviços e emoções. Mas para Patronila, a dedicação foi maior, tratando-a como sua filha.

Apesar de a maior parte da sua vida ter sido vivida no Brasil, quis regressar à sua aldeia natal, preparando um regresso triunfal, mesmo depois de muitos anos e na condição de defunto. A igreja que mandou

contruir para seu mausoléu, o coro de capelães e os meninos de coro, a colocação da sua sepultura na capela-mor, espaço reservado somente a alguns, e a lápide colocada sobre ela, bem como uma outra sobre o arco da capela-mor, tudo pago à sua custa, são a evidência da perpetuação da memória e a forma como desejava que os seus o recordassem: um benfeitor da paróquia, da família e dos pobres. Era o coroar de uma vida de negócio, de grandeza e de finitude, agora na condição de morto.

## REFERÊNCIAS

ABREU Laurinda. *Memórias da Almas e do Corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage, 1999.

ALVES, Jorge, Fernandes. *Os “Brasileiros”: migração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Universidade do Porto, 1993.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Manoela Vieira Alves de. *“Nas vezes da Misericórdia”: as irmandades de São Miguel e Almas no desenvolvimento das práticas caritativas na capitania de Minas Gerais no Brasil colonial (1712-1816)*. 2019. Tese (Doutoramento) – Universidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Itinerários de vida. Os emigrantes portugueses no Brasil e as instituições de assistência (século XVII). In: UNCAL Lúcia; Moro, Pablo (comp.). *Buenos Vientos. Circulación, resistências, ideas y praticas en el Mundo Atlántico de la Modernidade temprana*. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, Argentina, 2020, p. 41-54.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. O retorno a Portugal: os patamares de intervenção social dos emigrantes portugueses no Brasil (século XVIII). In: ÁLVAREZ GILA, Óscar; AMORES CARREDANO, Juan Bosco (Diretores). *Del Espacio Cantábrico al Mundo Americano: perspectivas sobre migración, etnicidad y retorno*. Bilbao: Universidade del País Basco. Espanha, 2015, p. 183-198.

- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Cadernos de História*, da Universidade PUC- Minas, Brasil, v. 8, n. 9, p. 29-48, 2006.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. "Os "brasileiros" e a caridade: a herança dos irmãos emigrantes da Misericórdia de Ponte de Lima no século XVII. In: *As Misericórdias como Fontes Culturais e de Informação-CD-ROM*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel; Arquivo Municipal de Penafiel, 2002.
- ARAÚJO, Teresa Maria Mesquita Simões Alves de. *A família, a memória e os afetos: os Alves de Requião (séculos XVII-XX)*. 2020. Tese (Doutoramento) – Universidade do Minho. Braga.
- ARIÈS, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1988.
- CHOUPARD, Marie Hélène Froeschlé. Les confréries du purgatoire aux XVIIe et XVIIIe siècles. In: CUCHET, Guillaume (Dir.). *Le Purgatoire. Fortune historique et historiographique d'un dogme*. Paris: Éditions EHESS, 2012, p. 131-150.
- CHIFFOLEAU, Jacques. Quantifier l'inquantifiable. Temps purgatoire et désenchantement du monde (vers 1270- vers 1520). In: CUCHET, Guillaume (Dir.). *Le Purgatoire. Fortune historique et historiographique d'un dogme*. Paris: Éditions EHESS, 2012, p. 37-71.
- SCHWARTZ, Stuart, B. O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BRETELL, Leslie. *História da América Latina: A América Latina Colonial*, v. II. São Paulo: Edusp, 2012, p. 339-342.
- DURÃES, Margarida. *Herança e sucessão: leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, v. II. 2000. Tese (Doutoramento) – Universidade do Minho, Braga
- FERNANDES, Paula Sofia Costa. *O hospital e a botica da Misericórdia de Penafiel (1600-1850)*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia, 2016.
- GODOW, Marion Reder. *Morir en Malaga: testamentos Malaguenos del siglo XVIII*. Malaga, 1986.

LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada: do Renascimento ao século das Luzes*. Porto: Afrontamento, 1990, p. 71-111.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

MACHADO, Carla Manuela Sousa. *Memória e património: os legados e os benfeitores da Misericórdia de Braga (séculos XVI-XVIII)*. 2021. Tese (Doutoramento) – Universidade do Minho, Braga.

MACHADO, Maria de Fátima. Dotes e casamentos: as órfãs do Porto no século XVI. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo; ESTEVES, Alexandra (Coord.). *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*. Braga: CITCEM, 2010, p. 235-249.

MAROCCHI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2016.

MARQUES, Bernardo Manuel Belo. *Servir no Santo Ofício: os Lourenço Ferreira e a sua ascensão social na Bahía dos séculos XVII e XVIII*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Minho, Braga.

MELO, Mariana Ferreira de. Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Org.). *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XVI-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; OLIVAL, Fernanda, Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). *Análise Social*, n. 165, vol. XXXVII, p. 1213-1239, 2003.

PINTO, Sara; RIBEIRO, Hugo. O recrutamento, os gestores e os servidores. In: AMORIM, Inês (coord.). *Sob o manto da Misericórdia: contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, v. I, (1499-1668)*. Coimbra: Almedina, 2018, p. 109-154.

RAMOS, Maria Odete Neto. *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*. Arcos de Valdevez: Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 2015.

SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. *Família, trajectória e Inquisição: mobilidade social na Amazônia colonial (c. 1672- c. 1805)*. 2019. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Letras, Lisboa.

VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório ou o trabalho do luto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Fundo Paroquial, *Livro de Batismos da Freguesia de Prozelos, 1613-1679*.

Fundo da Misericórdia, *Livro dos titulos do hospital, 1614-1795*, n. 460.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Fundo do Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral. *Habilitações Incompletas, 1730-1731*, n. 69.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)

[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)